



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

DESAFIOS DA GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO: AS EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO OCIDENTAL SERGIPANO

Plínio Elkson dos Santos

Mestrando pelo Núcleo de Pós Graduação em Geografia (NPGeo/UFS).

Grupo de Pesquisa: GEPRU

E-mail: plinio.blackmetal@hotmail.com

José Eloízio da Costa

Núcleo de Pós Graduação em Geografia (NPGeo/UFS)

Grupo de Pesquisa: GEPRU

E-mail: eloizio.npgeo@gmail.com

Ultimamente a questão da Gestão Social do Território vem sendo bastante discutida tanto no Brasil quanto em outros países, é um modelo de gestão recorrente, definido como uma inovação em termos de gestão dos territórios e da gestão da política em construção. Essa questão surge para acabar com a visão reducionista do sujeito histórico e propõe, sem obliterar a importância da sustentabilidade econômica, que se centra no processo de desenvolvimento na proteção da vida, na preservação do meio ambiente, no atendimento das necessidades, e no desenvolvimento das potencialidades humanas. Processo esse no qual o Estado, sem perder a centralidade, deixa de ter o monopólio do poder para – juntamente com a Sociedade Civil – planejar, traçar diretrizes e tomar decisões capazes de potencializar as riquezas, em sentido amplo, do local. É um conceito que incorpora uma cidadania deliberativa, que incentiva e capacita a sociedade civil na participação de deliberações e regulações políticas, ou pelo menos, orienta e atrai esses protagonistas para uma coletividade e inserção legítima nas decisões e processos que tem como característica o bem comum aos cidadãos do território e que almejam uma igualdade participativa.

A partir dessa visão, o trabalho em tela emerge face ao arranjo institucional materializado no Colegiado Territorial do Sertão Ocidental sergipano, com ênfase em seu processo de constituição, contradições e limites; em especial na organização espacial, nas disputas internas e nas materialidades dos projetos. O mesmo tem como intuito estudar e

conhecer o andamento e a efetivação das ações protagonizadas pelo Colegiado Territorial, observando a dinâmica interna de seus atores sociais e as expectativas de desenvolvimento.

O que estabelece de inferirmos que estamos em um terreno, em termos analíticos, minado, em função da multidimensionalidade das abordagens e dos diversos prismas escolhidos e de seus resultados e produtos diferenciados. O que torna dificultoso o arranjo analítico para desenvolver “mais um estudo” sobre os “territórios rurais”. Devemos transcender o óbvio.

É nessa quadra que se propõem, enquanto estudo de caso, articular e entender o processo na dimensão teórica sobre a questão do desenvolvimento territorial rural no Brasil. Sem esquecer que ainda se pode adicionar diversas abordagens que devem ser focadas em variadas dimensões e conteúdos, como a questão do gênero, etnia, inclusão social, inclusão digital, políticas públicas focadas, etc.

Desse modo, o nosso interesse é valorar apenas as singularidades mais fundamentais do tema proposto – a Gestão Social do território – e que na verdade é um subtema da abordagem maior (desenvolvimento territorial rural sustentável), materializada nas internalizações de um estudo de caso. É evidente que não será desprezada a base teórica fundada por esta multiplicidade de feições e de representações empíricas. Porém, acreditamos que as particularidades dos territórios rurais no Brasil é o esteio para se *formatar uma política pública flexível* visando esse desenvolvimento, onde o respeito às identidades territoriais, as capacidades das instituições que estão inseridas no ambiente, a necessidade do acompanhamento na implementação dos projetos territoriais e principalmente, as lutas internas protagonizadas pelos atores sociais, é de fundamental importância.

Destarte, a presunção é que os *territórios rurais operam por uma lógica particular, valorados pela dimensão dos lugares onde foram formados*. O que efetivamente não deve ser desprezado é o caráter homogeneizador desses processos socioterritoriais tão bem conhecidos, em particular na seara da gestão social do território, como a forte rotatividade dos atores sociais envolvidos, ou/e da função do “núcleo duro” do Colegiado como referencia para as deliberações dos projetos a serem aprovados, inclusive criando assimetrias territoriais (em outras palavras, determinados municípios que são mais beneficiados em termos de projetos executados), assim como a participação social, a descentralização dos recursos públicos e os desafios da governança territorial.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, Território e Gestão.

Eixo Temático: Análise Agrária